



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005220-42.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **JULIANA NASCIMENTO**
Requerido: **Net Serviços de Comunicação S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha contrato com a ré para a prestação de serviços de telefonia, acesso à internet e transmissão de imagem televisada.

Alegou ainda que cancelou os serviços de telefonia e TV, mas recebeu fatura contemplando os valores pertinentes a esse título.

A ré em contestação reconheceu que por lapso cobrou da autora valores indevidos (fl. 12, antepenúltimo parágrafo), bem como que ela em 11 de março/2014 solicitou o cancelamento dos serviços de TV e telefone (fl. 12, sétimo parágrafo), havendo a retirada dos equipamentos próprios no dia 24 de abril (fl. 12, oitavo parágrafo).

No cotejo entre as manifestações das partes, percebe-se que a única divergência concerne à cobrança da quantia de R\$ 16,76, relativa aos serviços de telefonia, porquanto a ré a reputa cabível pela utilização deles entre os dias 12 de março e 24 de abril.

Não lhe assiste razão, porém.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, a ré não amealhou dados concretos que demonstrassem que nesse espaço de tempo a autora fez uso dos serviços de telefonia que justificassem a cobrança em apreço, cumprindo observar que o documento de fl. 04 faz menção a ligações anteriores ao mesmo.

Como se não bastasse, a dúvida sobre o assunto aumenta quando se nota que mesmo com a retirada dos equipamentos no dia 24 de abril a ré não procedeu à cobrança dos serviços de TV, não se sabendo por qual razão deu a eles tratamento diferenciado do emprestado aos de telefonia.

Independentemente disso, e sendo incontroverso que já em 11 de março ocorreu a solicitação para o cancelamento dos serviços, nada respalda a cobrança após essa data porque desde então a ré deveria já ter cessado os sinais que viabilizavam o seu uso eventual pela autora.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para (a) declarar a inexigibilidade do débito apontado a fl. 02 (relativo a R\$ 118,80 e R\$ 16,76 pelos serviços respectivamente de TV e telefonia) e (b) determinar à ré que emita novo boleto em substituição às faturas de fls. 03 e 05, deduzindo os valores relativos ao débito ora declarado inexigível.

Torno definitiva a decisão de fls. 07/08.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**